



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ**

## **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**Assunto:** 9ª Reunião do Grupo de Trabalho RoHS Brasileira (GT-RoHS).

**Local:** Microsoft TEAMS.

**Data:** 10 de fevereiro de 2025.

**Horário:** 14h às 15h

**Participantes:** Lista de presença anexa.

### **I Objetivo**

A reunião teve como objetivo discutir os pontos finais da resolução RoHS Brasileira, para verificar se algum membro do GT não concorda com a resolução na íntegra e com o posterior envio para a Conasq.

### **II Atividades**

1 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) dá bom dia a todos e inicia a reunião do grupo de trabalho temporário destacando o objetivo da reunião. Pede que os membros sejam colaborativos e relembra que a coordenação tentou e conseguiu acomodar, ao máximo, as preocupações levantadas ao longo da vigência do GT. Informa que a coordenação recebeu contribuições da ABINEE e da Anatel e abre para contribuições.

2 Gabriella Camilo (ABINEE) explica que a associação teve reunião extraordinária com suas associadas para tratar do assunto. Levanta a questão da simbologia do descarte seletivo, no artigo 19, e fala da preocupação de se misturar a RoHS com a WEEE (resíduos de equipamentos eletroeletrônicos). Explica que o entendimento da Associação é de que a simbologia é relevante para informar o consumidor sobre a destinação ambientalmente adequada do equipamento eletroeletrônico, fazendo-se obrigatória no caso dos equipamentos sujeitos à logística reversa conforme o artigo 33 da Lei nº 12.305/2010; nós demais, ou seja, nos resíduos associados à pessoa jurídica, há os planos de resíduos sólidos, não havendo pertinência do uso da simbologia.

3 Lúcia Xavier (CETEM) fala que a simbologia informa que o EEE não deve ser descartado em qualquer local, além de mostrar a seletividade da logística reversa.

4 Gabriella Camilo (ABINEE) diz entender o ponto colocado, mas reforça que a simbologia é voltada para o consumidor, pois a empresa deve assumir o descarte correto constante no plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

5 Bruno Moreno (ELETROS) diz concordar com o posicionamento da ABINEE. Fala que o artigo 20 da Lei 12.305 já endereça a questão dos grandes geradores. Sugere fazer um complemento de redação, incluindo menção ao artigo 33, anteriormente citado por Gabriella Camilo (ABINEE), na minuta.

6 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) explica que sugestão da ABINEE havia sido encaminhada para o Departamento de Gestão de Resíduos (DGR) do MMA e fala que o posicionamento da unidade foi de que não se justifica envolver só os EEEs no escopo da logística reversa. Fala que foi colocado que a simbologia não está diretamente ligada à logística reversa, indicando, na verdade, que o item não deve ser descartado no lixo comum, estando mais ligado à reciclabilidade do que à periculosidade, sendo coisas independentes. Com isso, fala que não pode ir contra o que foi falado pelo DGR, mas fala que a ABINEE pode conversar com o Departamento. Pede que depois a associação informe se esse ponto deve ser levado para a Conasq.



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ**

7 Gabriella Camilo (ABINEE) informa que vai internalizar essa questão e trazer um posicionamento para a Coordenação.

8 Seguindo, a coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) informa que foram recebidas contribuições da ABINEE, pedindo a exclusão quase total do artigo, e da Anatel, propondo ajuste de redação na citação dos laboratórios acreditados.

9 Regiane Teruya (CETESB) menciona a redação do artigo 6º, que versa que a fiscalização é competência da autoridade ambiental competente. Diz que a redação causou dúvidas pois no caso de São Paulo a Cetesb, como órgão licenciador, não realiza fiscalizações de produto e expressa preocupação em relação a esse artigo.

10 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) explica que o grupo optou por manter a redação mais ampla, porém já com o entendimento que, quando se fala de órgão ambiental, há o entendimento que o licenciador é o estado, enquanto o Ibama fica mais envolvido com a parte do controle do produto. Menciona que pela LC 140/2011 não seria possível fazer um direcionamento na Resolução. Fala que essa questão foi amplamente debatida com o Ibama.

11 Marina Elisa (IBAMA) reforça o que foi colocado, e pontua um ajuste de redação que deve ser feito do artigo 21, a fim de compatibilizar a redação com o restante do texto.

12 Lady Virgínia (Cetesb) fala que seria interessante citar a LC 140/2011 no corpo do texto.

13 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) agradece a consideração e fala que esse ponto poderá ser endereçado no futuro, através dos atos complementares à RoHS.

14 Ketty Lins (P&D Brasil) fala que a associação também conduziu reuniões internas e identificou o artigo 20 como um ponto sensível. Fala que deixar os custos dos ensaios a cargo das indústrias vai onerar bastante o setor e pede para que seja feita uma menção ao Decreto 6514/2008, para aplicação na íntegra deste normativo, não havendo necessidade de criar uma legislação para tratar do processo de fiscalização.

15 Tamy Muriel (IBAMA) fala que discorda da exclusão, pois o artigo 20 é a única parte do texto que trata da fiscalização. Fala que o Decreto 6514/2008 traz os comandos a serem aplicados nos casos de infrações ambientais e diz que os comandos colocados na minuta auxiliam na fiscalização, especialmente as disposições sobre ensaios laboratoriais.

16 Marina Elisa (IBAMA) fala que o Decreto é mais amplo, e que a Resolução traz os procedimentos específicos para os casos dos produtos sujeitos à RoHS. Fala que se há um normativo específico, faz sentido haver especificações referentes à fiscalização.

17 Gabriella Camilo (ABINEE) fala que a ABINEE fez pedido de exclusão do art. 20, parágrafos 1º, 2º e 3º, permanecendo os parágrafos 4º e 5º. Explica que a justificativa é porque o Decreto 6514/2008 já trata de infrações, sanções administrativas e estabelece o processo administrativo federal para apurar infrações. Fala que a ABINEE já trouxe, em reuniões passadas, a preocupação da fiscalização ficar restrita somente à parte de análise de documentação técnica pelo. Fala que as propostas são no sentido de trazer o desempenho do poder de polícia na íntegra. Menciona o processo de fiscalização na Europa, onde os custos de fiscalização são feitos às custas do governo e, quando constatadas irregularidades, a empresa deve apresentar a documentação técnica. Fala que o Brasil não está seguindo esse fluxo, solicitando a documentação técnica mínima previamente para comprovar a autodeclaração de conformidade, sendo os ensaios são feitos em cima de uma suspeita de irregularidade, baseada na documentação. Pede que fique registrado que a ABINEE não concorda com esse capítulo da forma como está. Fala que há fragilidade em limitar a fiscalização à análise de documentação técnica.

18 Guilherme Kirtschig (MPT) fala A RoHS europeia atribui as competências de fiscalização aos estados membros. Explica que, se o estado membro quiser regular isso de uma forma diferente,



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ**

mais protetiva, isso não seria problema. Discorda que a disposição seja uma fragilidade. Em relação à questão da fundada suspeita, recorda que foi consenso obtido a partir do temor de que a autoridade pudesse, de qualquer forma, sem externar qualquer tipo de fundamentação ou motivação de um ato, de terminar a realização de testes. Reforça que a fundado suspeito é, na verdade, uma proteção à empresa fiscalizada, porque ela impõe um dever de fiscalização. Fala que as fontes de poluição constantes na minuta não estão abarcadas pelo Decreto 6514/2008. Comenta que a presença do regimento é segurança jurídica. Conclui falando que a fiscalização no Brasil possui peculiaridades ligadas ao orçamento, que concorda com a fala das representantes do Ibama e diz achar que o texto deve ser mantido da maneira que está.

19 Leonardo Rocha (INMETRO) comenta que excluir muita coisa da minuta pode deixar o estado sem mecanismos para executar o poder de fiscalização. Fala que o capítulo é importante e fala que a ausência de previsões pode se voltar contra as empresas sérias.

20 Marina Elisa (IBAMA) destaca que a Europa tem mecanismos de controle que o Brasil ainda não possui, relembra que a autodeclaração presume a boa fé e reforça que o artigo trata de fundada suspeita.

21 Gabriella Camilo (ABINEE) explica que havia tido outro entendimento e diz que seria importante rever o fluxograma de funcionamento da norma. Menciona o artigo 12 e o artigo 25 e pergunta em que momento a documentação técnica seria exigível.

22 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) fala que o artigo 25 nasceu da necessidade de ter um prazo para a elaboração da documentação técnica, caso contrário essa obrigação seria exigível a partir da data de publicação da norma. Fala que a empresa precisa ter, nos casos de fiscalização, uma documentação técnica mínima, para envio rápido. Explica que, assim, há a liberdade para não ter que traduzir tudo, um dos pedidos das associações ao longo do GT.

23 Gabriella Camilo (ABINEE) diz que esse fluxograma não estava claro. Comenta sobre a importância de saber sobre a documentação técnica e fala que o entendimento era de que o Ibama faria fiscalização em cima da documentação técnica. Pede para o Ibama esclarecer a questão.

24 Ketty Lins (P&D Brasil) concorda com o que foi dito, reforçando que o fluxograma não ficou claro. Diz que a documentação técnica exigida também é um ponto sensível.

25 Ailton Benedito (MPF) diz que, para ele, havia ficado claro que a autodeclaração geraria apenas o registro do que foi autodeclarado. Fala que não há nenhuma expedição de autorização, sendo a autodeclaração um ato que diz respeito, exclusivamente ao fornecedor em sentido amplo, sendo essa é uma parte. Explica que a etapa seguinte, que pode ou não acontecer, dependerá de fiscalizações e que, somente nessa etapa, o agente público terá contato com a documentação técnica que lastrearam a autodeclaração. Conclui dizendo que a análise da documentação é uma etapa necessária dentro de um procedimento de investigação de apuração de alguma situação que haja fundadas suspeitas de irregularidade, mas a documentação em si mesma não é suficiente para uma análise e uma eventual deflagração de um processo.

26 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) agradece a contribuição e fala que é esse mesmo o entendimento. Fala que não vai abordar o fluxograma pois ele foi amplamente debatido em outras reuniões, mas fala que, caso as associações desejem, é possível marcar uma reunião para elucidar o assunto, mas fala que é necessário se atentar às competências. Fala que o Ibama, órgão que tem a competência para fiscalizar, entende que o Decreto 6514/2008 não é o suficiente e por isso é necessário trazer mais descrição no processo, não sendo razoável suprimir a maior parte do artigo.

27 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) pede que seja mantida a sugestão do Ibama e se compromete de encaminhar as considerações das associações para o Ibama para ver o que pode ser ajustado, mas que, levando em conta os pontos colocados, informa que não entende como factível



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ**

as exclusões solicitadas.

28 Não havendo objeções o encaminhamento fica aceito.

29 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) lê o artigo 25, em relação aos prazos. Comenta que a sugestão de mudança de redação da ABINEE está um pouco vaga.

30 Gabriella Camilo (ABINEE) fala que isso aconteceu pois o fluxograma não estava claro.

31 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) fala que será importante fazer uma reunião para esclarecer esse ponto.

32 Zuleica Nycz lê o artigo 12, e explica que a documentação técnica é necessária para atestar a veracidade da autodeclaração e, portanto, para a empresa registrar a autodeclaração, é necessário possuir essa documentação. Fala que não é necessário apresentá-la e sim mantê-la. Diz ter entendido que essa documentação só seria exigível posteriormente. Pergunta se é este o entendimento.

33 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) confirma que este é o entendimento.

34 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) faz ajuste de redação solicitado pelo Ibama, modificando o termo “atestar veracidade” para “demonstrar regularidade”, nos artigos 12 e 13.

35 Em relação ao prazo proposto pela ABINEE no artigo 25 para conformidade com a simbologia discutida anteriormente, Gabriella Camilo (ABINEE) esclarece que a discussão não faria sentido, pois a proposta anteriormente apresentada não foi acatada.

36 Leonardo Rocha (INMETRO) comenta que, em relação à documentação técnica, havia entendido que ela não precisaria ser enviada no ato da declaração. Porém, pontua que é razoável imaginar que para um fabricante fazer a declaração é necessário que haja um levantamento das informações do projeto, do produto, dentre outros parâmetros. Ou seja, explica que é necessário ter as informações da documentação técnica para sustentar a autodeclaração. Fala que é necessário endereçar a questão do que seria a documentação técnica, mas afirma que a lógica seria essa.

37 Ronny Costa (P&D Brasil) fala que a lógica é essa, mas pontua que a documentação técnica vai estar, possivelmente, carregada de documentos em inglês, sendo necessário um tempo razoável para apresentá-la.

38 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) agradece a contribuição de todos e lê os encaminhamentos: (1) MMA vai encaminhar as considerações feitas para análise do Ibama e, se necessário for, propor melhoria de redação; (2) MMA vai agendar reunião para tratar do fluxograma; (3) membros do GT RoHS devem, até o dia 19/02, sinalizar os pontos que não foram aceitos e que merecem destaque na Conasq.

39 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) menciona que será feita reunião com MMA, Ibama, P&D Brasil e ABINEE para apresentar o fluxograma e questiona se mais algum membro tem interesse em participar.

40 Bruno Moreno (ELETROS) se inscreve na reunião.

41 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) agradece e informa que a reunião será marcada antes da reunião ordinária da Conasq (25/02/2025).

42 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) informa que eventuais sinalizações serão devidamente comunicadas para os membros da Conasq. Pede a colaboração do grupo e respeito com o trabalho desenvolvido e diz que o ideal é ter um texto acordado.

43 Gabriella Camilo (ABINEE) questiona se os atos complementares à RoHS serão compartilhados com os membros do GT antes da próxima reunião.

44 A coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) afirma que sim, informando que os documentos serão compartilhados até dia 17/02.

45 Por fim, a coordenadora do GT (Thaianne Resende, MMA) relembra que os convites para participar da reunião da Conasq já foram encaminhados para os membros do GT RoHS, confirma que



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ**

a minuta de Resolução será ponto de pauta na Conasq e finaliza a reunião.

### **III Anexos**

**Presentes:** Ailton Benedito (MPF); Alex Vieira (Reciclus); Anne Caroline Grudtner (Ministério da Saúde); Bruno Moreno (ELETROS); Camila Boechat (MMA); Camilla (Reciclus); Daniele Procópio (MMA); Delile Guerra (Sindipecas); Diego Pereira (ABRINQ); Elaine Faquim (Abiquim); Ellen Pozzebom (IBAMA); Fernanda Salles (Ministério da Saúde); Franco Bernardes (MDIC); Gabriella Camilo (ABINEE); Guilherme Guelfi (SINDIPEÇAS); Guilherme Kirtschig (MPT); Isabella Sene (ABSOLAR); Josely Chiarella (CBDL); Juliano Tesser (ANVISA); Ketty Lins (P&D Brasil); Lady Virginia Meneses (CETESB); Leonardo Rocha (INMETRO); Lucas Costa (ABICHAMA); Lúcia Xavier (CETEM); Marcio Godoy (ABIMED); Marcio Porto (RECICLUS); Marina Elisa da Costa (IBAMA); Patricia Dias (FUNDACENTRO); Regiane Teruya (CETESB); Renata Campos Aranha (IBAMA); Ronny Costa (P&D Brasil); Sabrina Andrade (MMA); Sebastião Eleutério Filho (CTI); Simone Carvalho (ABIPLAST); SkarlIt Herai (ANFAVEA); Tamy Muriel (IBAMA); Thaianne Resende Henriques Fabio (MMA); Thiago Barcante (ANATEL); Thomas Caldellas (MDIC); Tricia Arruda (Ministério da Saúde); Vitor Moreira (P&D Brasil); Zuleica Nycz (TOXISPHERA).

Brasília, 10 de fevereiro de 2025